



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



AS RELAÇÕES ENTRE IGREJA CATÓLICA E REGIME CIVIL MILITAR NO BRASIL – UMA ANÁLISE A PARTIR DOS INTERESSES INSTITUCIONAIS DA IGREJA

Ailton Marcos dos Reis¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o posicionamento político da Igreja Católica frente ao Regime de Exceção que se instaurou no Brasil. O recorte cronológico estabelecido vai de 1964, ano que ocorreu a implantação do novo governo, e parte da Hierarquia Católica manifestou apoio à ação dos militares que levou a deposição do presidente João Goulart, até fins da década de 1970, quando essa mesma Hierarquia, agora mais unificada, passa a assumir uma posição clara de oposição ao Regime Civil Militar. Utilizando uma investigação bibliográfica-documental, foi possível concluir que a necessidade de preservar os interesses institucionais, tais como o de proteção de seus membros, de manutenção de sua posição de independência frente ao governo, e principalmente a necessidade de preservação da autoridade e poder de liderança da hierarquia católica, foram determinantes na condução das ações da Hierarquia Católica, representada no país pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Para um melhor

¹ Ailton Marcos dos Reis, Licenciado e Bacharelado em História, Pós Graduado em Filosofia Social e Política, Mestrando em Ensino na Educação Básica CEUNES/UFES. Atua como professor de História na rede Municipal de Serra.

entendimento da amplitude do conceito de Igreja foi tomado como aporte teórico as definições de Max Weber.

Palavras-chaves: Igreja. Regime Civil-Militar. CNBB. Religião. Política.

Em 2014, seguindo um velho costume da historiografia, que é muito estimulado pelo mercado editorial, de dar grande ênfase as denominadas datas redondas (50 anos de determinada Revolução, 100 anos de determinado fato, etc.) a produção de análises a temas relacionados Golpe Civil-Militar² tornou-se extremamente expressiva. Como exemplo disso, podemos destacar trabalhos como: o projeto *“1964, 50 Anos Depois”*, onde Daniel Arão, Marcelo Ridenti e Rodrigo Sá Motta montam uma coletânea de artigos buscando compreender as raízes da ditadura, sua evolução e a herança que a mesma nos deixou, tais como, relações sociais autoritárias, censura indiscriminada, aparato repressivo opressor, fragilidade da cidadania e do ideal de democracia, aprofundamento das desigualdades e injustiças sociais; *“O Golpe de 1964”*, de Carlos Fico, onde o autor procura abordar o golpe em si enfatizando os momentos dramáticos vividos pelo Brasil no final de março e início de abril daquele ano demonstrando como o “golpe” virou “ditadura”, isto é, como o evento de março de 1964 tornou-se o inaugurador do mais longo regime autoritário do Brasil republicano; e a obra *“Ditadura a Brasileira”*, de Marco Antônio Villa, onde o pesquisador busca desmistificar a ditadura brasileira, tanto em sua duração como em seus efeitos, narrando a história desse período apontando os excessos que levaram à perseguições, torturas e mortes, mas pontuando também as diferentes fases que esse regime teve em seus 21 anos de duração .

² FICO (2004), Ressalta que o golpe que encerrou o governo Goulart em 1964, embora tenha sido liderado pelos militares, contou com a participação de vários setores da sociedade civil, tais como: empresários nacionais e estrangeiros, membros da hierarquia do clero católico, latifundiários, setores da imprensa e intelectuais conservadores.

Nesse universo de retorno as temáticas referentes à Ditadura Militar Brasileira, esse artigo busca evidenciar de forma breve o papel que a Igreja Católica teve nesse período histórico, buscando entender principalmente a mudança de postura de um discutível apoio inicial a um centro de oposição ao regime. Defendemos que a necessidade de preservar interesses institucionais foi o determinante para esta mudança, bem como a bandeira de defesa dos seus componentes e de sua doutrina foi o elemento que conduziu as ações da Hierarquia Católica no momento em que a mesma via seus membros e sua autoridade ameaçada pelo governo civil militar.

Para fundamentar teoricamente nossa argumentação e fugir das paixões ideológicas que o tema desperta, recorreremos a conceitos weberianos, especialmente a definição que o mesmo faz de Igreja enquanto Instituição, e os princípios que a mesma deve defender. No que tange a metodologia foi utilizada a investigação bibliográfica-documental, fundamentando a argumentação em trabalhos anteriores e confrontando ideias de autores. Utilizou-se também com significativo peso a narrativa, pois segundo Hobsbawn (1991), quando o historiador a utiliza de forma problematizadora, fugindo do tradicional enfoque positivista e factual, ela produz resultados muito positivos.

Para entendemos melhor o posicionamento da Igreja em relação ao Governo Civil Militar no Brasil, precisamos conceituar primeiro o que denominamos de Igreja Católica. Reis (2003) destaca que sob esta denominação encontra-se presente uma grande variedade de ordens, movimentos e ideais muitas vezes, antagônicos.

Uma definição mais específica do termo Igreja é encontrada na obra de Weber (2001), que o relaciona diretamente ao Catolicismo. Igreja seria, portanto, uma instituição que herda a hierarquia greco-romana e evidencia uma organização cósmica do mundo, onde Deus é o cume. Neste sentido o mundo material é superado pelo espiritual, e a Igreja realiza a ligação entre esses dois mundos. Tal instituição se fundamenta em três requisitos:

1) *Extra ecclesiam nulla salus* – somente pela pertinência à instituição administradora da graça pode-se obter a graça; 2) o cargo legalmente conferido e não a qualificação pessoal e carismática do sacerdote é que decide sobre a eficácia da administração da graça; 3) a qualificação pessoal e religiosa do necessitado da salvação é, em princípio, sem importância diante da graça do cargo. A salvação é, portanto, Universal, (...), bastando o acréscimo da graça dispensada pela instituição. (WEBER 2000, p.375)

Aprofundando essa conceituação de Igreja Institucional, Mainwaring (1989) a define como uma estrutura religiosa hierarquizada que tem como objetivo maior propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que se tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição em relação a outras religiões, influência no Estado e na sociedade, o número de seus adeptos e sua situação financeira.

No intuito de preservar seus interesses organizacionais, o catolicismo se envolveu ao longo de sua história em guerras, em questões escravistas, disputas econômicas e políticas, sendo muitas vezes compactuante com o poder estatal constituído, e em alguns casos, opositor a ele.

Alves (1979) ressalta que a defesa de seus interesses não é necessariamente contrária à adoção de uma fé sincera, nem significa que a pura crença só ocorra fora da Igreja institucional. Em algumas concepções de religião, a defesa tradicional de interesses institucionais é essencial para a promoção da fé. Dentro dessa ótica, já que a salvação só pode vir através da Instituição, a Igreja necessita desses recursos para desenvolver sua missão com eficácia.

A tendência de proteger interesses organizacionais tem sido e continua sendo um elemento chave no envolvimento da Igreja Católica na política. Hoje, isso se torna especialmente verdadeiro em relação à necessidade de a Igreja manter um grau de unidade e coerência. Esse esforço em atrair todos impõem um caráter de cautela ao Vaticano e as conferências dos bispos, cautela esta não necessariamente no sentido de

ser politicamente conservadora, mas sim, no de evitar polarizações e mudanças radicais.

É fato que o Catolicismo tem uma enorme capacidade de promover mudanças internas e desenvolver novos vínculos com a sociedade como um todo, inclusive com o sistema político. Entretanto, é preciso evitar generalizações e determinismo,

[...] devemos evitar reduzir a análise de uma Igreja ou movimento a um problema de classes. [...]. A Religião pode ser uma força poderosa na determinação da orientação política, freqüentemente até mais importante que a classe. Além disso, a mudança política não modifica inevitavelmente a maneira pela qual as instituições ou movimentos vêm a si próprios. (MAINWARING, 1989, p.26)

Quando discutimos a Igreja Institucional especificamente no Brasil, devemos pensá-la a partir de sua representante a Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB). Sua criação está relacionada a uma preocupação em se manter a unidade da Igreja frente as divergências entre os chamados católicos progressistas e conservadores, que se agravavam no contexto social e político observado na sociedade brasileira entre fins da década de 1940 e década de 1950.

Durante o Estado Novo, a Catolicismo manteve uma estreita colaboração com o governo. Isso ocorreu porque a Igreja Hierárquica, via nele uma forma de resguardar sua autoridade frente à sociedade e combater a ameaça comunista. Além disso, através da política nacional-desenvolvimentista, também encontrava meios de se opor aos ideais básicos do capitalismo burguês e exaltar o nacionalismo. Com o fim do Estado Novo, a Igreja buscou novas formas de se relacionar com o Estado, mas mantendo a práxis que se firmara com Dom Leme – de acercar-se do Estado através de grupos de pressão e amistosas relações pessoais com os governantes desestimulando a criação de um partido Católico. Nas eleições de 1945, párocos vigários, lideranças leigas foram conclamados a lembrar aos fiéis o dever do voto. A estratégia do clero era de se manter rigorosamente alheio as lutas partidárias. Tal

postura facilitaria um acordo com o novo governo independente de qual fosse ele. Entretanto, mesmo não tomando uma postura política partidária, a Doutrina Católica não deixava de conclamar a seus fiéis a fazer o exame de qual era a posição do candidato frente a Igreja, ou seja, a adesão deste em sua vida pública ou privada aos princípios Católicos. Orientavam também sobre as posições da Hierarquia frente aos debates do momento em torno do Capitalismo crescente e a chamada ameaça Comunista no país, já que o Catolicismo traz restrições tanto ao capitalismo extremado como ao Comunismo.

Reis (2003), destaca que até fins da década de 1950, a problemática que dominava os pronunciamentos da Igreja Católica no Brasil era uma problemática apologética de autodefesa, produto tanto da transformação social que passava a sociedade civil brasileira e que, no limite, continha uma crítica corrosiva à religião dominante, quanto da insistência em afirmar a validade de uma pastoral bem ao gosto das elites tradicionais. Os problemas abordáveis dentro desta problemática diziam respeito antes de qualquer coisa, à manutenção da ordem social e à defesa dos direitos inerentes a uma sociedade perfeita, de origem divina; à inalterabilidade de sua doutrina, à malignidade de um mundo corrompido porque sempre mais afastado de Deus e da verdadeira Igreja, a Católica. Como contraparte desta face defensiva, lentamente, uma outra face começava a emergir. Alguns setores da Hierarquia sentiam uma vontade de conquista, ou seja, de uma Igreja mais voltada aos anseios populares e à justiça social. Mas tal vontade se mostrou impotente neste período, pois não se concretizou em pautas de ação adequada e, portanto, não obteve o desenvolvimento desejado.

Nessa necessidade de buscar ações mais ordenadas de evangelização frente a uma sociedade em mudança, sem deixar de influenciar ou participar dessas mesmas mudanças foi criada a CNBB. Fundada em um Ato oficial, uma reunião muito simples, a 14 de outubro de 1952, numa sala do Palácio São Joaquim, residência do

Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. O mentor da fundação foi certamente Dom Helder Câmara.

No contexto da criação da organização estrutural da CNBB, não se pode esquecer a grande importância que tiveram as experiências e ações da Ação Católica Brasileira, da Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). A primeira contribuiu de forma prática com a recém criada CNBB, pois a estruturação dos serviços pastorais que a Ação Católica Brasileira havia montado com base aos Departamentos Nacionais foi basicamente aproveitada pela CNBB, através da criação de seus Secretariados Nacionais. Tal estruturação visou dinamizar, coordenar e atualizar, na unidade, a ação pastoral de todo o episcopado, em comunhão com as diretrizes da Santa Sé. Já a JOC e JUC, através de sua militância política, levaram o bispado brasileiro a uma organização mais efetiva e prática de suas ações pastorais. Gradualmente, A CNBB criou mecanismos (secretariados e pastorais) para acompanhar as ações desses movimentos, tentando mantê-los ao máximo sobre a égide da Igreja. O objetivo central da CNBB, era coordená-los e combater a significativa influência dos ideais comunista nestas organizações.

A partir da década de 1960, a Igreja inicia um profundo processo de mudança. No âmbito externo, acontece o Concílio Vaticano II, que buscou um direcionamento das ações eclesiais para uma maior aproximação com camadas populares, a chamada “opção preferencial pelos pobres”. Tais determinações vão ser retomadas com grande ênfase na Conferência de Medellín (1968), que buscou discutir a ação da Igreja católica na América Latina, frente aos problemas relativos à justiça, à paz, à família, à demografia e à pobreza desse Continente.

No aspecto político, nessa mesma década de 1960, a Igreja Católica Romana no Brasil estava extremamente dividida, tanto na hierarquia como na base leiga. Desde a renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse de João Goulart, observa-se um agravamento das cisões no seio da Igreja. Nenhuma manifestação oficial da CNBB questionou a legitimidade do governo Goulart, muito menos sua orientação política.

No dia 30 de abril de 1963, aniversário da encíclica *Pacem In Terris*, a Comissão Central da CNBB emite uma mensagem sobre a situação do país. Nesta mensagem a Comissão afirmou que as desigualdades sociais não levam a paz anunciada e desejada pela encíclica, mas destacam “*os grandes entraves de um país subdesenvolvido, em que as massas populares não participam do processo brasileiro, onde subsistem a miséria e a mortalidade, [...] no meio rural e urbano*”³.

A declaração foi recebida pelo governo como um assumido apoio por parte da cúpula do episcopado brasileiro, ou seja a Igreja Institucional, às Reformas de Base⁴. A declaração surpreendeu também pelo tom progressista com que denunciava a ordem vigente no país. A CNBB saiu em defesa de profundas transformações, aludindo explicitamente às reformas administrativas, fiscal, educacional e agrária. No item sobre reforma agrária, a declaração ressaltou que:

[...] ninguém pode desconhecer a situação de milhares de nossos irmãos que vivem nos campos, sem poder participar do nosso desenvolvimento em condições de miséria que constituem um afronto à dignidade humana, e por isso mesmo, a desapropriação por interesse social é coerente com a Doutrina Social da Igreja, não constituindo ataque ao direito de propriedade (CNBB,1963)⁵.

É evidente que essas ações e pronunciamentos de caráter mais progressista receberam críticas por parte dos setores mais conservadores da hierarquia católica, gerando atritos entre hierarquia e movimentos leigos. Camargo, Opierucci e Souza (1995), relatam que um dos mais notórios exemplos desses conflitos ocorreu em 1961.

³ Mensagem da Comissão Central da CNBB 30/04/1963. In: (CAMARGO; PIERUCCI e SOUZA, 1995)

⁴ REIS D. (2000, p,24), explica que as Reformas de Base pretendidas por Goulart tinham sete áreas chaves: reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma tributária, reforma eleitoral, reforma do estatuto do capital estrangeiro e reforma universitária.

⁵ Mensagem da Comissão Central da CNBB, 30/04/1963. In: (CAMARGO; PIERUCCI e SOUZA ,1995)

A Comissão Episcopal da Ação Católica e dos Apostolados de Leigos advertiu aos dirigentes militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), para que não se deixassem envolver pelas tendências e soluções socialistas, doutrinas essas que geram a violência e a não conformidade com os objetivos sociais e apostólicos da Ação Católica. Assumindo posições de liderança na União Nacional dos Estudantes (UNE), apoiando reivindicações do sindicalismo rural e de conscientização política em níveis regionais, a JUC, acabou assumindo uma postura da qual as limitações impostas pela hierarquia, restringiram seu campo de ação. Com advento do golpe de 1964, a JUC foi duramente reprimida, tanto pela hierarquia católica como pelo regime militar, o que culminou em sua extinção em 1966.

Bispos da província eclesiástica da Bahia se manifestaram em março de 1964, alertando que a situação de injustiça social predominante no Brasil estava servindo de pretexto para vitória de interesses políticos obscuros, e conclamaram a população para *“a volta decidida e heróica do fervor democrático cristão, repudiando o comunismo e seu ameaçador avanço nas terras do Brasil”*⁶. Mesmo dividida, a Hierarquia Católica em sua maioria, atuou no sentido de evitar um esquerdismo exaltado pelo fervor comunista. A imprensa de orientação conservadora apoiou e se solidarizou com a Igreja quando seus pronunciamentos seguiram essa via de orientação.

Angelo (2009) reforça o grande temor de setores da direita, ligados a Igreja Católica em relação as Reformas pretendidas por Goulart. Em 19 de março de 1964, foi realizada em São Paulo, a Primeira Marcha pela Família com Deus pela Liberdade, onde Donas de Casa, segmentos da classe média e religiosos marcharam nas ruas protestando contra aquilo que acreditavam ser a instalação da desordem e da degradação da família no país. Fico (2005), ressalta que Marchas como essa, foram realizadas em outros municípios brasileiros entre abril a junho desse mesmo ano, detalhando especialmente a que foi feita no Rio de Janeiro, em 02 de abril, que ficou

⁶ ESTADO DE SÃO PAULO, 14/03/1964. In: (CAMARGO; PIERUCCI e SOUZA ,1995, p.371).

conhecida como “Marcha da Vitória”, que tinha como principal objetivo a oposição a Brizola, governador do Rio na época e grande aliado do ex-presidente João Goulart. Não se pode perder de vista que essas Marchas embora contassem com grande envolvimento de membros do clero católico, não foram organizadas ou apoiadas diretamente pela CNBB.

Quando ocorreu o Golpe Militar de 31 de Março de 1964, e foi deposto o presidente João Goulart, as elites mais conservadoras gradualmente foram perdendo seu interesse pelos movimentos da Cruzada pelo Rosário em Família, uma vez que seu objetivo maior, que era afastar o perigo vermelho, foi atingido. A CNBB por sua vez, demonstrou uma notória ambiguidade frente ao golpe. Por um lado, ela tentou reafirmar sua aliança com o Estado, como observamos no pronunciamento emitido por essa instituição no dia 3 de junho de 1964:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. [...] Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. [...] Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da nação ⁷.

Por outro lado, perplexa pela violência praticada pelo regime militar, a CNBB lembrou neste mesmo documento, a necessidade de que os acusados não fossem punidos pela força e tivessem direito a defesa. Pois a restauração da ordem social não viria apenas com a condenação teórica e policial do comunismo. Portanto, os bispos

⁷ Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: CAMARGO, PIERUCCI e SOUZA (1995)

declararam-se prontos para facilitar, acatar e prestigiar a ação governamental, mas não silenciariam sua voz em prol da defesa dos pobres e das vítimas da perseguição e injustiça. É importante frisar que não houve um compromisso assumido entre Igreja e Estado Militar. O combate ao comunismo era um ponto comum de ambos. Todavia, a Igreja não recebeu com satisfação o fato do novo governo não ter buscado apoio com ela para sua legitimação, já que o preâmbulo do Ato Institucional Nº 1, assim afirmou: “*a Revolução Vitoriosa, enquanto poder constituinte, se legitima a si própria*” (CAMARGO, PIERUCCI e SOUZA, 1995 p.370).

Mainwaring (1989) destaca que entre 1964 e 1968, a CNBB preocupou-se mais com sua ordem interna do que com a política e com a ação social. Nem mesmo as novas diretrizes pastorais determinadas pelo Concílio Vaticano II, ou a crescente constituição da Teologia da Libertação foram suficientes para que ela assumisse como prioridade a defesa da justiça social. Contrastando com os anos anteriores ao Golpe, a CNBB se limitava a tratar, em seus documentos oficiais, de questões ligadas às celebrações litúrgicas e de formulações abstratas que, embora criticassem o capitalismo, taxando-o de injusto e opressor, nada diziam sobre o governo militar, sobre a repressão ou sobre o modelo econômico adotado.

Entre fins da década de 1960 até a de 1980, a representação da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil estava fortemente dividida em relação ao papel político que lhe cabia frente à Ditadura Militar. Os bispos estavam agrupados mais ou menos em três alas, que de certa forma representavam tanto a posição do clero quanto a dos leigos: Uma era a ala denominada de progressista, cuja liderança de maior destaque era Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. Os bispos deste grupo pregavam contra a violência do governo e contra a injustiça social provocada pelo modelo econômico vigente, atacando diretamente as políticas do governo, que haviam contribuído consideravelmente para o aumento da desigualdade econômica. Por tal pregação este grupo foi taxado de radical. A segunda ala era aquela conhecida como conservadora, da qual Dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, foi

a liderança de maior relevância. Este grupo representou o pensamento da direita e se opôs aos progressistas. Denunciavam a ameaça comunista no Brasil, qualificando-a de subversiva, e manifestaram grande apoio ao regime militar. A terceira ala ficou conhecida como moderada, e era formada por bispos que procuravam evitar a tomada de qualquer posição pública sobre justiça sócio-econômica ou política. Eles temiam pela sobrevivência da Igreja numa eventual luta contra o governo. Todavia defendiam também mudanças na área de política social. Os moderados tendiam a se unir aos progressistas, formando assim a maioria, sempre que o próprio clero era vítima de torturas e vexames. Quando lutavam para proteger a si mesmos, os bispos estendiam o seu discurso a todas as vítimas da opressão. Seu instrumento de ação era a Comissão de Justiça e Paz, vigorosamente apoiada pelo arcebispo Arns em São Paulo. Nesta Comissão trabalhava um pequeno grupo de sacerdotes, voluntários leigos e advogados que se esforçavam para localizar presos políticos e dar-lhes representação legal e aconselhar as famílias. Às vezes não podiam fazer mais nada que aconselhar.

O ano de 1968 pode ser considerado um marco de virada para o posicionamento político da hierarquia católica brasileira. A Decretação do AI-5 provocou grande agitação na relação Estado e Igreja. Dom Evaristo Arns destaca que o mesmo foi recebido pela CNBB como ameaça a toda e qualquer liberdade em nossa terra. A CNBB, sob a presidência de Dom Aloísio Lorscheider e de seu Secretário Geral, Dom Ivo Lorscheiter, lutou bravamente e conseguiu formar a Comissão Bipartite, uma Comissão informal, basicamente secreta, formada por militares e bispos para discutir as relações entre as instituições que representavam em favor da liberdade e das mudanças indispensáveis no Brasil. A partir desse ano, a CNBB passou a abandonar as generalizações de seu discurso e assume declaradamente a defesa dos direitos humanos. 1968 foi também o ano em que se iniciaram as primeiras experiências efetivas das CEBs no Brasil; o ano que marcou o auge da repressão política no país; o ano da Conferência de Medellín, onde o episcopado latino americano, voltou sua atenção para as grandes injustiças que ocorriam na América Latina. Outro ponto que deve ser lembrado, é que em 1968, foi a primeira vez que a CNBB emitiu um parecer

crítico mais aprofundado sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Isso mostra que não havia no ano do golpe Militar um conhecimento amplo dessa Doutrina pelos setores civis que apoiaram a intervenção militar, na crença de que os mesmos pleiteavam restaurar a democracia. Não queremos com essa afirmativa colocar o clero brasileiro, especialmente os conservadores, em uma situação de ingenuidade mediante a DSN. Queremos apenas frisar que quando a chamada Linha Dura Militar chegou ao poder, a partir do governo do Marechal Costa e Silva, e quis por em prática os princípios centrais dessa Doutrina, ensinados somente nos meios militares como, por exemplo, a Escola Superior de Guerra (ESG), causou surpresa em setores civis que apoiaram o golpe, entre eles, o clero conservador.

No ano de 1963, a Comissão Central da CNBB 30/04/1963, publicou uma Mensagem da sobre o assunto. Entre os dizeres desse documento, destacamos os seguintes pontos:

[...] A Igreja católica, na hora presente, não pode fugir de uma leal colaboração com o governo em todos os setores onde se procure sinceramente a verdade, a justiça, a liberdade e o amor. Os bispos tem o direito a essa colaboração sob dois títulos; por serem cidadãos dessa pátria, [...] e por serem pastores da Igreja, aos quais cabe uma missão de serviço, de solidariedade e comunhão com os sofrimentos e as aspirações de seus cidadãos.

[...] Como pastores da Igreja, os bispos não são movidos por motivos político-partidários, mas unicamente pelo bem comum, que inclui a dimensão política. Por vezes, seu dever de colaborar pode assumir a forma de denúncia franca e leal contra a violação dos direitos ou das liberdades fundamentais. Para que esta necessária colaboração seja possível, deve ser assegurada à Igreja (como a qualquer outro grupo ou associação, liberdade e respeito. [...] o diálogo entre Igreja e Estado se tornou mais difícil, nesses últimos tempos. [...], nota-se nos militares e no governo a preocupação de limitar a ação da Igreja à esfera do estritamente espiritual. (PETRUCCI; PRANDINI e ROMEU, 1986, p. 128).

Ao longo de 1970, os conflitos entre religiosos e militares prosseguiram. Prisões periódicas de padres se alternavam com denúncias de bispos progressistas de atos de torturas e arbitrariedades cometidas pelo governo. Com o aumento da repressão sobre a Igreja o resultado foi o aumento da oposição da Hierarquia católica contra o regime militar, inclusive de vários segmentos conservadores.

Cancian (2011, p.75) afirma que “[...] o engajamento e trabalho da Igreja nas áreas da promoção da justiça e igualdade social, defesa dos direitos humanos, ação política contestatória e luta pela redemocratização do país [...]”, além de possibilitar uma superação na imagem conservadora da instituição eclesial, tornaram-na o mais importante centro de oposição pública do regime militar no país, se convertendo assim num espaço de significativa liberdade de organização, que contava com a proteção da hierarquia. Isso acabou aproximando movimentos sociais, sindicatos, movimento estudantil e alguns setores da esquerda que viram no catolicismo brasileiro um aliado nas denúncias contra as arbitrariedades do governo.

Reis (2003) chama a atenção que mesmo tendo uma postura de oposição a CNBB não endurecesse seu discurso, mantendo o tom de moderação, buscando evitar um confronto mais sério entre Igreja e Estado. Ela também tenta mostrar um distanciamento com a esquerda mais radical ao se declarar contra a qualquer tipo de ação radical. Nesse sentido, condenar os atos considerados terroristas como sequestros de embaixadores e assaltos a bancos para o financiamento de guerrilhas, praticados pelos grupos de extrema esquerda, foi uma forma que a Igreja encontrou para buscar uma abertura para dialogar com o governo e obter a simpatia das elites conservadoras e da classe média.

A guisa de conclusão, cabe destacar que quando analisamos a postura da Igreja Católica enquanto Instituição em relação ao Regime Militar devemos evitar generalizações e entender as pressões internas dentro da própria instituição, que não abre mão de seu papel de ser a condutora de seus fiéis para o reino dos céus. Também não devemos cair no simplismo de concluir que o catolicismo brasileiro alterou seu

posicionamento apenas por conveniência ou interesses de manutenção de poder ou prestígio nesse dado contexto histórico. Afirmamos que tal conclusão é imprudente porque não contemplaria a complexidade do entendimento da ordem Institucional. Tal ordem tem como objetivo a manutenção de poder e da hierarquia católica, mas acima de tudo da unidade da Igreja. Este último ponto implicou em mudanças de posicionamentos políticos e em concessões dos grupos que detinham o poder, dentro da instituição eclesiástica, a outros grupos que não detinham poder de decisão nas determinações da ação pastoral da Igreja. Além disso, quando a hierarquia viu seu monopólio de orientar, investigar e julgar os membros da Igreja, principalmente o clero, usurpado pelo regime militar, que moveu várias ações contra sacerdotes católicos, a Hierarquia agiu no intuito de preservar sua autonomia frente ao Estado e o Monopólio da disciplina de seus membros.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ANGELO. Vitor Amorim de. **Luta armada no Brasil**. São Paulo: Editora Claridade, 2009.
- CAMARGO, C. P. F.; PIERUCCI, A. F. O.; SOUZA, B.M. Igreja Católica: 1945 – 1970. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da Civilização brasileira. III. O Brasil republicano. Vol. 4º. Economia e cultura (1930-1964)**, 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand S.A, 1995.
- CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Editora Claridade, 2011.
- Declaração da CNBB sobre a situação nacional. 03/06/1964. In: FREI ROMEU; PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F. (ORG.). **As relações entre Igreja e**

Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964-1968. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

FICO, CARLOS. **Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2004.

_____. **O Golpe de 1964. Momentos decisivos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

HOBBSAWN, Eric. *A Volta da Narrativa.* In: **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

Mensagem da Comissão Central da CNBB 30/04/1963. In: **FREI ROMEU & PETRUCCI, V. A.; PRANDINI, F.. (ORG.). As relações entre Igreja e Estado no Brasil. Vol. 1. Durante o governo do general Castelo Branco 1964-1968.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.

REIS, Ailton Marcos dos. **As relações entre Ditadura Militar e Igreja Católica no Brasil: A problemática dos Direitos Humanos (1968-1974).** 2003. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

WEBER. Max. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 3ª ed. Brasília: UNB, 2000.